



# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima  
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva

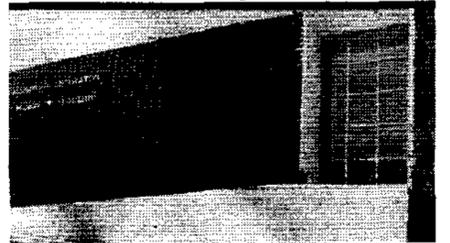
1º Secretário: Milton Monti  
2º Secretária: Maria Cecília Passarelli

3º Secretário: Roque Barbieri  
4º Secretário: Sylvio Martini

Palácio Nove de Julho  
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº  
Itaipueta - Fone: 886-6122

PORTE PAGO  
DR/SP  
ISR - 40 - 3051/81

### Poder Legislativo



<http://www.imesp.com.br>

Volume 108 • Número 86 • São Paulo, sexta-feira, 8 de maio de 1998

### LEIS

**Lei n.º 9.967, de 7 de maio de 1998**

(Projeto de Lei n.º 12, de 1997,  
do Deputado Campos Machado - PTB)

*Autoriza o Poder Executivo a celebrar  
convênio na forma que especifica.*

O Presidente da Assembléia Legislativa:  
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta  
e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4.º, da  
Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo, através da  
Secretaria da Segurança Pública, autorizado a  
celebrar convênio com a Prefeitura do Município de  
São Paulo, visando à instalação, monitoramento e  
uso para fins de preservação da ordem pública e  
investigação policial, de câmeras de vídeo  
instaladas em pontos de grande circulação de  
pessoas, cruzamentos de vias públicas  
consideradas de alta periculosidade, estádios de  
futebol e outros assim considerados para as  
finalidades desta lei.

Artigo 2.º - A Secretaria da Segurança Pública,  
quando considerar necessário, requisitará  
gravações das respectivas câmeras de vídeo, com a  
finalidade de proceder à identificação de autores de  
prática delitosa e contravençional.

Artigo 3.º - Os locais a que se refere o artigo 1.º  
serão previamente demarcados por deliberação  
conjunta da Secretaria da Segurança Pública e do  
órgão competente da Prefeitura Municipal de São  
Paulo.

Artigo 4.º - O Poder Executivo regulamentará e  
definirá regras complementares desta lei no prazo  
de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua  
publicação.

Artigo 5.º - As despesas decorrentes da  
aplicação desta lei correrão à conta das dotações  
próprias consignadas no Orçamento do Estado,  
suplementadas se necessário.

Artigo 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo,  
aos 7 de maio de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia  
Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de maio  
de 1998.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral  
Parlamentar

Deputado Misael Margato, nos termos do § 4.º do  
artigo 27 da IX Consolidação do Regimento Interno  
e do retorno à suplência do Deputado Carlos  
Sampaio; o Deputado Dorival Braga, membro  
efetivo da Comissão de Relações do Trabalho em  
virtude da perda da vaga do Deputado Misael  
Margato, nos termos do supracitado dispositivo  
regimental; os Deputados Walter Feldman e Vaz de  
Lima, respectivamente, membros substitutos das  
Comissões de Relações do Trabalho e de Assuntos  
Metropolitanos, em virtude do retorno à suplência  
do Deputado Lívio Giosa; o Deputado Paulo Julião  
membro substituto da Comissão de Cultura Ciência  
e Tecnologia em virtude do retorno à suplência do  
Deputado Carlos Sampaio e o Deputado Ricardo  
Trípoli membro substituto da Comissão de Assuntos  
Metropolitanos em virtude da vaga decorrente da  
nomeação da Deputada Célia Leão como membro  
efetivo dessa Comissão.

Assembléia Legislativa, em 7 de maio de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente

### ORDEM DO DIA

**8 DE MAIO DE 1998  
61ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### Proposições em Regime de Urgência

1- Discussão adiada e votação do Projeto de lei  
Complementar nº 3, de 1998, apresentado pelo Sr.  
Governador, dispondo sobre a qualificação de  
entidades como organizações sociais. Com 89  
emendas. Parecer nº 585, de 1998, da Comissão de  
Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 3,  
8, 14, 17, 20, 21, 25, 46, 63, 65 e 74; às de nºs 4, 5, 9,  
39, 43, 44, 58, 60, 62, 85 e 88, com subemendas e  
contrário às demais. Parecer nº 586, de 1998, do  
Congresso das Comissões de Saúde e de Finanças,  
favorável ao projeto, às emendas de nºs 1, 3, 8, 14,  
17, 20, 21, 25, 45, 46, 63, 65 e 74; às de nºs 4, 5, 9,  
39, 43, 44, 58, 60, 62, 85 e 88, na forma das  
subemendas da Comissão de Justiça e contrário às  
demais. Com 22 emendas apresentadas nos termos  
do inciso II do artigo 175 da IX Consolidação do  
Regimento Interno. Parecer nº 634, de 1998, de  
relator especial pela Comissão de Justiça, contrário  
às emendas, com emenda. (Artigo 28 da  
Constituição do Estado).

2-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
Complementar nº 137, de 1995, (Autógrafo nº  
23730), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr.  
Governador, criando a autarquia Comissão de  
Serviços Públicos de Energia - CSPE. Parecer nº  
2388, de 1997, de relator especial pela Comissão de  
Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da  
Constituição do Estado).

3-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
Complementar nº 36, de 1997, (Autógrafo nº 23861),  
vetado parcialmente, apresentado pelo Sr.  
Governador, dispondo sobre as jornadas de  
trabalho aplicáveis às classes regidas pela Lei  
Complementar nº 674, de 1992. Parecer nº 176, de  
1998, de relator especial pela Comissão de Justiça,  
contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição  
do Estado).

4-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
Complementar nº 38, de 1997, (Autógrafo nº 23868),  
vetado parcialmente, apresentado pelo Sr.  
Governador, instituindo Plano de Carreira,  
Vencimentos e Salários para os integrantes do  
Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.  
(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 1188, de 1991, (Autógrafo nº 23110), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Ivan  
Valente, dispondo sobre a recomposição da  
cobertura vegetal do Estado. Parecer nº 469, de  
1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto.  
(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 1196, de 1991, (Autógrafo nº 23652), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Elói Pietá,  
alterando a redação do artigo 8º da Lei nº 6556, de  
30/11/89, que dispõe sobre o Conselho de  
Orientação dos recursos do ICMS para a construção  
de casas populares. Parecer nº 2091, de 1997, de

relator especial pela Comissão de Justiça, favorável  
ao projeto. Parecer nº 2092, de 1997, de relator  
especial pela Comissão de Finanças, contrário ao  
projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº  
221, de 1992, (Autógrafo nº 23682), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo  
Gonçalves, instituindo o "Programa de Cursos  
Populares". Parecer nº 2178, de 1997, de relator  
especial pela Comissão de Justiça, favorável ao  
projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº  
215, de 1993, (Autógrafo nº 23724), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Celso  
Tanauí, dispondo sobre a obrigatoriedade da  
instalação de sanitários femininos e masculinos,  
para uso público, nas agências bancárias. Parecer  
nº 2368, de 1997, de relator especial pela Comissão  
de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da  
Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 596, de 1993, (Autógrafo nº 23331), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Roque  
Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de  
Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado.  
Parecer nº 190, de 1997, de relator especial pela  
Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo  
28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 802, de 1993, (Autógrafo nº 23044), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Antenor  
Chicario, dispondo sobre a proteção ambiental do  
Vale do Ribeira. Parecer nº 428, de 1996, da  
Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo  
28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 296, de 1994, (Autógrafo nº 23650), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Sylvio  
Martini dispondo sobre a realização de exames de  
controle bacteriano em piscinas de uso comum da  
população. Pareceres nºs 2095 e 2096, de 1997, de  
relatores especiais, respectivamente, pelas  
Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis ao  
projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 92, de 1995, (Autógrafo nº 23454), vetado  
totalmente, apresentado pela deputada Edna  
Macedo, dispondo sobre o transporte gratuito e  
obrigatório de Policiais Militares fardados. Parecer  
nº 873, de 1997, de relator especial pela Comissão  
de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da  
Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 105, de 1995, (Autógrafo nº 23455), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão,  
dispondo sobre as contribuições devidas à Carteira  
da Previdência das Serventias não oficializadas de  
Justiça do Estado. Parecer nº 870, de 1997, de  
relator especial pela Comissão de Justiça, favorável  
ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do  
Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 178, de 1995, (Autógrafo nº 23718), vetado  
totalmente, apresentado pela deputada Edna  
Macedo, dispondo sobre a informação impressa na  
contra capa de livros didáticos comercializados no  
Estado de São Paulo sobre a Síndrome da  
Imunodeficiência Adquirida - AIDS. Parecer nº 2266,  
de 1997, de relator especial pela Comissão de  
Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da  
Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado  
totalmente, apresentado pela deputada Edna  
Macedo, dispondo sobre a concessão de  
documentos a ex-detentos que tenham cumprido  
integralmente suas penas tornando os  
antecedentes criminais sigilosos, desde que não  
reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de  
relator especial pela Comissão de Justiça, favorável  
ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do  
Estado).

16-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 313, de 1995, (Autógrafo nº 23725), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo  
de Barros Filho, definindo e incentivando a criação  
do "novilho precoce" para abate. Parecer nº 2369,  
de 1997, de relator especial pela Comissão de

Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da  
Constituição do Estado).

17-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 321, de 1995, (Autógrafo nº 23826), vetado  
totalmente, apresentado pelo Sr. Governador,  
dispondo sobre promoção de Praças da Polícia  
Militar. Parecer nº 187, de 1998, de relator especial  
pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.  
(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 367, de 1995, (Autógrafo nº 23609), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Clóvis  
Volpi, alterando a Lei nº 9849, de 26/09/1967, que  
autorizou o Poder Executivo a constituir a Fundação  
"Padre Anchieta" - Centro Paulista de Rádio e TV-  
Educativa. Parecer nº 1185, de 1997, de relator  
especial pela Comissão de Justiça, favorável ao  
projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 459, de 1995, (Autógrafo nº 23669), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Milton  
Monti, autorizando o Poder Executivo a criar cursos  
superiores no Município de São Manuel. Parecer nº  
167, de 1998, de relator especial pela Comissão de  
Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da  
Constituição do Estado).

20-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 506, de 1995, (Autógrafo nº 23727), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado José  
Pivatto, estabelecendo diretrizes para convênios  
com municípios, visando à implantação de projeto  
de habitação popular. Parecer nº 2370, de 1997, de  
relator especial pela Comissão de Justiça, favorável  
ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do  
Estado).

21-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 511, de 1995, (Autógrafo nº 23726), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Cesar  
Callegari, criando o Programa Estadual de Incentivo  
à Educação Básica. Parecer nº 2389, de 1997, de  
relator especial pela Comissão de Justiça, favorável  
ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do  
Estado).

22- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 579, de 1995, (Autógrafo nº 23461), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Campos  
Machado, autorizando o Poder Executivo a  
implantar a Universidade Aberta de São Paulo -  
UnAB/SP. Parecer nº 874, de 1997, de relator  
especial pela Comissão de Justiça, contrário ao  
projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 592, de 1995, (Autógrafo nº 23499), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal  
Thomeu, autorizando o Executivo a firmar  
convênios para a prestação de serviço médico  
emergencial, gratuito, nas rodovias paulistas.  
Parecer nº 960, de 1997, de relator especial pela  
Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo  
28, § 6º da Constituição do Estado).

24- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 624, de 1995, (Autógrafo nº 23462), vetado  
totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo  
de Barros Filho, autorizando o Executivo a  
implantar o Serviço de Assistência Psicológica junto  
às unidades de ensino da rede estadual. (Artigo 28,  
§ 6º da Constituição do Estado).

25- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 645, de 1995, (Autógrafo nº 23686), vetado  
totalmente, apresentado pela deputada Edna  
Macedo, dispondo sobre a obrigatoriedade da  
afixação de cartazes, que previnam o consumidor  
dos males da Sonetização Fiscal, na forma que  
especifica. Parecer nº 2162, de 1997, de relator  
especial pela Comissão de Justiça, favorável ao  
projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado  
totalmente, apresentado pela deputada Mariângela  
Duarte, regulamentando o artigo 250 da  
Constituição Estadual, a fim de universalizar o  
ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de  
relator especial pela Comissão de Justiça, favorável  
ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do  
Estado).

27- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei  
nº 818, de 1995, (Autógrafo nº 23671), vetado  
parcialmente, apresentado pela deputada Maria  
Lúcia Prandi, estabelecendo critérios para

### ATOS

**Atto n.º 11, de 1998**

O Presidente da Assembléia Legislativa do  
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições  
regimentais e observando a indicação do Líder da  
Bancada do Partido da Social Democracia  
Brasileira, nomeia o Deputado Marcos Mendonça,  
membro efetivo da Comissão de Assuntos  
Municipais e membro substituto da Comissão de  
Esportes e Turismo em virtude da perda da vaga do

### SUMÁRIO

Leis .....	1
Atos .....	1
Ordem do Dia .....	1
Pauta .....	2
Oradores Inscritos .....	3
Expediente .....	3
Atos Administrativos .....	11
Comissões .....	12
Debates .....	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores .....	—

### TRIBUNAL DE CONTAS .....

Este caderno, com 40 páginas contém as  
publicações do Poder Legislativo e do  
Tribunal de Contas do Estado, não pode  
ser comercializado separadamente do  
EXECUTIVO SEÇÃO I.